

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	51
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.564.003
Preferenciais	23.532.767
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00032
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,00035
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo		Ordinária		0,00241
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo		Preferencial		0,00265
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00025
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,00028

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.556.458	3.046.725
1.01	Ativo Circulante	1.330.303	973.952
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	165.359	312.352
1.01.03	Contas a Receber	664.859	373.723
1.01.03.01	Clientes	664.859	373.723
1.01.04	Estoques	2.218	1.662
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.010	24.265
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.010	24.265
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	475.857	261.950
1.01.08.03	Outros	475.857	261.950
1.01.08.03.02	Ativo financeiro setorial	303.833	115.674
1.01.08.03.20	Outros Créditos	172.024	146.276
1.02	Ativo Não Circulante	2.226.155	2.072.773
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.369.323	1.175.330
1.02.01.03	Contas a Receber	10.256	12.921
1.02.01.03.01	Clientes	10.256	12.921
1.02.01.06	Tributos Diferidos	106.107	128.378
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	106.107	128.378
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.252.960	1.034.031
1.02.01.09.03	Tributos a Compensar	19.994	20.006
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	201.901	192.913
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro da Concessão	686.256	589.299
1.02.01.09.06	Derivativos	183.932	77.947
1.02.01.09.07	Ativo financeiro setorial	154.958	150.030
1.02.01.09.20	Outros créditos	5.919	3.836
1.02.04	Intangível	856.832	897.443
1.02.04.01	Intangíveis	856.832	897.443
1.02.04.01.02	Intangíveis	856.832	897.443

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.556.458	3.046.725
2.01	Passivo Circulante	1.263.357	1.059.095
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.147	11.187
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.147	11.187
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	18.147	11.187
2.01.02	Fornecedores	488.083	464.529
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	488.083	464.529
2.01.03	Obrigações Fiscais	153.396	107.582
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	41.120	20.785
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.411	674
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.077	2.877
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	31.422	13.250
2.01.03.01.04	Outros	3.210	3.984
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	112.276	86.797
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	91.418	346.075
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	72.619	60.841
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	66.536	56.192
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.083	4.649
2.01.04.02	Debêntures	18.799	285.234
2.01.04.02.01	Debêntures	0	259.914
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	18.799	25.320
2.01.05	Outras Obrigações	512.313	129.722
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.586	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	24.586	0
2.01.05.02	Outros	487.727	129.722
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	160.444	0
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	199.856	7.015
2.01.05.02.06	Entidade de Previdência Privada	19.674	18.469
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	107.753	104.238
2.02	Passivo Não Circulante	1.874.420	1.507.944
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.595.607	1.218.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.251.543	874.608
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	325.013	233.284
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	926.530	641.324
2.02.01.02	Debêntures	344.064	343.970
2.02.02	Outras Obrigações	69.759	87.487
2.02.02.02	Outros	69.759	87.487
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	15.511
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	45.614	55.370
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	22.377	15.305
2.02.02.02.07	Derivativos	1.768	1.301
2.02.04	Provisões	209.054	201.879
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	209.054	201.879
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	127.240	121.370
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	28.464	25.425
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	50.305	44.746

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.01.20	Outros	3.045	10.338
2.03	Patrimônio Líquido	418.681	479.686
2.03.01	Capital Social Realizado	178.574	156.610
2.03.02	Reservas de Capital	111.255	117.708
2.03.04	Reservas de Lucros	110.131	241.945
2.03.04.01	Reserva Legal	6.220	6.220
2.03.04.02	Reserva Estatutária	103.911	87.207
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	148.518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	55.298	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-36.577	-36.577

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	970.711	1.968.569	647.861	1.358.939
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-854.060	-1.682.187	-550.071	-1.157.347
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-752.896	-1.487.205	-457.299	-975.945
3.02.02	Custo de Operação	-50.650	-98.360	-44.848	-90.126
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-50.514	-96.622	-47.924	-91.276
3.03	Resultado Bruto	116.651	286.382	97.790	201.592
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-75.162	-127.762	-56.811	-114.278
3.04.01	Despesas com Vendas	-33.741	-58.124	-26.451	-50.354
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.244	-64.723	-27.567	-54.159
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.177	-4.915	-2.793	-9.765
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.489	158.620	40.979	87.314
3.06	Resultado Financeiro	12.131	-27.173	-18.173	-31.754
3.06.01	Receitas Financeiras	51.053	91.616	29.446	60.261
3.06.02	Despesas Financeiras	-38.922	-118.789	-47.619	-92.015
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.620	131.447	22.806	55.560
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.133	-45.416	-9.941	-23.074
3.08.01	Corrente	-6.232	-26.368	-20.315	-41.869
3.08.02	Diferido	-9.901	-19.048	10.374	18.795
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.487	86.031	12.865	32.486
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	37.487	86.031	12.865	32.486
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00068	0,00155	0,00023	0,00059
3.99.01.02	PN	0,00074	0,00171	0,00026	0,00065

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	37.487	86.031	12.865	32.486
4.03	Resultado Abrangente do Período	37.487	86.031	12.865	32.486

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-78.900	-83.052
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	272.388	191.443
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	131.447	55.560
6.01.01.02	Amortização	48.085	45.069
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	17.238	11.102
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	42.277	59.828
6.01.01.05	Despesa com Plano de Pensão	5.344	3.990
6.01.01.06	Perda na Baixa de Ativo não Circulante	4.956	7.338
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	3.224	-6.588
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.817	15.144
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-351.288	-274.495
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-309.522	-48.704
6.01.02.02	Tributos a Compensar	2.267	-971
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-557	-1.929
6.01.02.04	Contas a Receber - Aporte CDE/CCEE	-23.155	-117.401
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-175.648	0
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	-8.446	-11.635
6.01.02.09	Fornecedores	23.554	6.534
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-27.062	-40.638
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	42.350	8.104
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-13.895	-13.029
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-52.492	-45.252
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	192.841	3.323
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-19.069	-22.027
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	17.546	9.130
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-77.535	-71.051
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-3.271	402
6.02.03	Adições de Intangível	-82.486	-75.878
6.02.04	Venda de ativo não circulante	8.222	4.425
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	9.442	119.665
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	466.728	391.015
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, líquida de Derivativos	-481.468	-51.531
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	0	-219.819
6.03.05	Operações de mútuo com a controladora	24.182	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-146.993	-34.438
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	312.352	351.907
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	165.359	317.469

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.511	0	-148.518	-14.030	0	-147.037
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendo e Juros Sobre Capital Próprio	0	0	-148.518	0	0	-148.518
5.04.10	Juros sobre Capital Próprio Intermediário	0	0	0	-14.030	0	-14.030
5.04.13	Capitalização do AFAC - AGO/E 28/04/2015	15.511	0	0	0	0	15.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	86.031	0	86.031
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	86.031	0	86.031
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	6.453	-6.453	16.704	-16.704	0	0
5.06.07	Aumento de Capital	6.453	-6.453	0	0	0	0
5.06.08	Movimentação de Reserva Estatutária no Período	0	0	16.704	-16.704	0	0
5.07	Saldos Finais	178.574	111.255	110.131	55.297	-36.577	418.680

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.900	124.418	174.514	0	-14.224	384.608
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.900	124.418	174.514	0	-14.224	384.608
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.000	0	-90.735	0	0	-40.735
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendo e Juros Sobre Capital Próprio	0	0	-90.735	0	0	-90.735
5.04.13	Capitalização do AFAC - AGO/E 28/04/2014	50.000	0	0	0	0	50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.486	0	32.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.486	0	32.486
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	6.710	-6.710	8.051	-8.051	0	0
5.06.07	Aumento de Capital	6.710	-6.710	0	0	0	0
5.06.08	Constituição de Reserva Estatutária no Período	0	0	8.051	-8.051	0	0
5.07	Saldos Finais	156.610	117.708	91.830	24.435	-14.224	376.359

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	3.380.873	1.909.272
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.304.289	1.833.586
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	96.401	90.830
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.817	-15.144
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.849.155	-1.267.787
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.658.141	-1.094.634
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-191.014	-173.153
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.531.718	641.485
7.04	Retenções	-48.113	-45.069
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.113	-45.069
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.483.605	596.416
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	91.616	60.261
7.06.02	Receitas Financeiras	91.616	60.261
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.575.221	656.677
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.575.221	656.677
7.08.01	Pessoal	65.549	58.736
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.172	36.463
7.08.01.02	Benefícios	22.035	19.167
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.342	3.106
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.303.967	471.529
7.08.02.01	Federais	773.728	126.964
7.08.02.02	Estaduais	529.460	343.095
7.08.02.03	Municipais	779	1.470
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	119.674	93.926
7.08.03.01	Juros	117.723	92.438
7.08.03.02	Aluguéis	1.951	1.488
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	86.031	32.486
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.030	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	72.001	32.486

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
Receita operacional	1.852.107	920.645	101,2%	3.400.690	1.924.416	76,7%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.275.858	765.224	66,7%	2.475.030	1.616.895	53,1%
Suprimento de energia elétrica	106.919	2.896	3592,5%	107.583	4.431	2327,9%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	50.430	47.589	6,0%	96.401	90.830	6,1%
Outras receitas operacionais	210.307	104.936	100,4%	350.080	212.260	64,9%
Ativo e passivo financeiro setorial	208.595	-	0,0%	371.595	-	0,0%
Deduções da receita operacional	(881.396)	(272.783)	223,1%	(1.432.120)	(565.477)	153,3%
Receita operacional líquida	970.711	647.861	49,8%	1.968.569	1.358.939	44,9%
Custo com energia elétrica	(752.896)	(457.299)	64,6%	(1.487.205)	(975.946)	52,4%
Energia comprada para revenda	(685.905)	(420.437)	63,1%	(1.331.937)	(895.099)	48,8%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(66.990)	(36.862)	81,7%	(155.268)	(80.847)	92,1%
Despesa operacional	(176.327)	(149.584)	17,9%	(322.744)	(295.680)	9,2%
Pessoal	(35.107)	(31.193)	12,5%	(67.442)	(61.004)	10,6%
Entidade de previdência privada	(2.672)	(1.995)	34,0%	(5.344)	(3.990)	34,0%
Material	(3.487)	(3.927)	-11,2%	(6.678)	(7.715)	-13,4%
Serviço de terceiros	(22.837)	(21.564)	5,9%	(45.977)	(41.967)	9,6%
Amortização	(25.129)	(22.549)	11,4%	(48.085)	(45.069)	6,7%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(50.430)	(47.589)	6,0%	(96.401)	(90.830)	6,1%
Outros	(36.665)	(20.766)	76,6%	(52.817)	(45.105)	17,1%
Resultado do serviço	41.489	40.979	1,2%	158.620	87.314	81,7%
Resultado financeiro	12.131	(18.173)	-166,8%	(27.173)	(31.754)	-14,4%
Receitas financeiras	51.053	29.446	73,4%	91.616	60.261	52,0%
Despesas financeiras	(38.922)	(47.620)	-18,3%	(118.789)	(92.015)	29,1%
Resultado antes dos tributos	53.620	22.806	135,1%	131.447	55.560	136,6%
Contribuição social	(4.283)	(2.705)	58,3%	(12.113)	(6.239)	94,2%
Imposto de renda	(11.850)	(7.236)	63,8%	(33.302)	(16.836)	97,8%
Resultado líquido do período	37.487	12.865	191,4%	86.031	32.486	164,8%
EBITDA	66.618	63.528	4,9%	206.705	132.383	56,1%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 2º trimestre de 2015 foi de R\$ 1.852.107, representando um aumento de 101,2% (R\$ 931.462) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a Receita Operacional Bruta seria de R\$ 1.801.677, apresentando um aumento de 106,4% (R\$ 928.621) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de Energia Elétrica:** Aumento de 66,7% (R\$ 510.634) principalmente pelo aumento no preço médio em 71,2%, decorrente dos efeitos: (i) reajuste tarifário de outubro de 2014 de 22,43%, (ii) Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”) que aumentou em média as tarifas em 29,78% a partir de março de 2015, (iii) bandeiras tarifárias a partir de janeiro de 2015, compensado parcialmente pela redução no volume de energia vendida em 2,6% (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de Energia Elétrica:** Aumento de R\$ 104.023 basicamente pelo aumento no volume de energia elétrica comercializada na CCEE;
- iii. **Outras Receitas Operacionais:** Aumento de 100,4% (R\$ 105.371) decorrente basicamente dos aumentos na: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: 169,6% (R\$ 109.731) principalmente em função de reajuste nas tarifas médias praticadas, (ii) subvenção baixa renda e descontos tarifários com recursos do CDE: 25,0% (R\$ 4.513), (iii) arrendamentos e aluguéis de postes: 22,3% (R\$ 2.444), compensado parcialmente pela redução em (iv) ressarcimento das geradoras passar a ser no custo de energia (R\$ 10.658 no 2º trimestre de 2014).

Comentário do Desempenho

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** Reconhecimento contábil a partir de dezembro de 2014, dos efeitos líquidos dos ativos e passivos financeiros setoriais no montante de R\$ 208.595.

➤ Quantidade de Energia Vendida

A quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias foi menor em 2,0%, quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

A classe residencial, que representa 41,8% da quantidade de energia vendida a consumidores cativos, apresentou uma redução de 1,9% no 2º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho deve-se aos impactos dos aumentos tarifários, das campanhas de racionalização no uso da energia elétrica e desaceleração na massa de renda.

A classe industrial, que representa 23,3% da quantidade de energia vendida a consumidores cativos apresentou queda de 5,6% no 2º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial do país.

A classe comercial, que representa 23,2% da quantidade de energia vendida a consumidores cativos apresentou um crescimento de 1,1% no 2º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. As elevadas temperaturas em 2014 também prejudicaram o desempenho desta classe, além da redução da massa de renda do comércio varejista e dos aumentos tarifários, que também influenciaram para o desempenho mais modesto desta classe.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 11,7% do mercado total fornecido pela Companhia. Estas classes apresentaram redução de 0,6% no 2º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho deve-se ao efeito da temperatura abaixo do registrado ano anterior e aos efeitos da crise hídrica .

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, houve uma redução de 3,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe é uma redução de 1,9% na classe residencial, redução de 6,8% na classe industrial, aumento de 2,0% na classe comercial, aumento de 2,1% na classe rural e redução de 0,5% nas demais classes.

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 2º trimestre de 2015 foram de R\$ 881.396, apresentando um aumento de 223,1% (R\$ 608.613) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelos aumentos: (i) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE decorrente da nova quota para o exercício de 2015 de R\$ 242.909, (ii) ICMS, PIS e COFINS, refletindo o aumento na base de cálculo de R\$ 207.279, (iii) Outros encargos do consumidor - Bandeira Tarifária de R\$ 155.432; e (iv) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética de R\$ 1.904.

Custo com Energia Elétrica

No 2º trimestre de 2015 o Custo com Energia Elétrica foi de R\$ 752.896, apresentando um aumento de 64,6% (R\$ 295.597), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

Comentário do Desempenho

- **Energia Comprada para Revenda**

O custo com energia elétrica comprada foi de R\$ 685.905 apresentando aumento de 63,1% (R\$ 265.468). Desconsiderando o aporte CDE/CCEE (R\$ 273.996) registrado no 2º trimestre de 2014, e o ressarcimento geradoras (R\$ 7.832) que passou a ser contabilizado no custo de energia a partir de dezembro de 2014, o custo reduziria em 0,1% (R\$ 695) em função (i) da redução de 6,0% no preço médio justificada pela redução no preço de liquidação de diferenças ("PLD"), aumento do dólar e reajuste dos contratos com fornecedores, compensado pelo (ii) aumento de 10,2% no volume de energia comprada.

- **Encargos do Uso do Sistema de Distribuição**

Os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição foram de R\$ 66.990, apresentando aumento de 81,7% (R\$ 30.128) impactado principalmente pelos aumentos de: R\$ 15.989 nos encargos de serviço do sistema e encargos de energia de reserva e R\$ 15.676 nos encargos de rede básica devido ao reajuste tarifário das transmissoras.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 176.327 no 2º trimestre de 2015, apresentando um aumento de 17,9% (R\$ 26.743) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 125.897, aumento de 23,4% (R\$ 23.902).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 100.768 neste trimestre, um aumento de 26,8% (R\$ 21.322) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Pessoal:** Aumento de 12,5% (R\$ 3.914) principalmente em função dos efeitos do acordo coletivo de trabalho e aumento no número de empregados;
- Serviços de terceiros:** Aumento de 5,9% (R\$ 1.273), principalmente: (i) R\$ 784 auditoria e consultoria e (ii) R\$ 477 entrega e cobrança de fatura;
- Outras Despesas Operacionais:** Aumento de 76,6% (R\$ 15.899) principalmente: (i) R\$ 10.166 em despesas legais e judiciais; (ii) R\$ 5.497 na provisão para créditos de devedores duvidosos; (iii) R\$ 718 de multas por indicadores que eram classificados no resultado financeiro em 2014; compensado parcialmente pela redução de (iv) R\$ 814 na taxa de fiscalização da Aneel, que em 2015 está registrada em deduções da receita.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma receita de R\$ 12.131, e uma despesa de R\$ 18.173 no mesmo período do exercício anterior, resultando em um aumento de R\$ 30.304, em função:

- **Receitas Financeiras:** aumento de 73,4% (R\$ 21.607) devido principalmente: (i) R\$ 13.085 referente ajuste de expectativa de fluxo de caixa; (ii) R\$ 11.408 de atualização do ativo e passivo financeiro setorial; (iii) R\$ 3.723 acréscimos e multas moratórias; (iv) R\$ 2.029 atualização dos descontos tarifários; compensado parcialmente pela redução de (v) R\$ 7.211 rendimento de aplicação financeira e (vi) R\$ 1.477 na atualização de depósitos judiciais.
- **Despesas Financeiras:** redução de 18,3% (R\$ 8.698), devido principalmente: (i) R\$ 7.117 em encargos e atualizações monetárias sobre empréstimos, debêntures e derivativos; (ii) R\$ 1.059 de variação cambial; (iii) R\$ 922 de multas por indicadores que eram classificados no resultado financeiro em 2014; compensado parcialmente pelo aumento de (iv) R\$ 768 na atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 16.133, aumento de despesa de R\$ 6.192 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Lucro Líquido e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 37.487, aumento de R\$ 24.622 em relação ao lucro verificado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (Lucro Líquido do Trimestre, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 66.618, aumento de 4,9% (R\$ 3.090) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos regulatórios

Os ativos e passivos regulatórios, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), passaram a ser contabilizados a partir de dezembro de 2014. Caso estivessem registrados no 2º trimestre de 2014, teríamos impactos positivos de R\$ 47 milhões no EBITDA e de R\$ 38 milhões no Lucro Líquido.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	165.359	312.352
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	664.859	373.723
Tributos a compensar	7	22.010	24.265
Ativo financeiro setorial	8	303.833	115.674
Estoques		2.218	1.661
Outros créditos	11	172.024	146.276
Total do circulante		1.330.304	973.952
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	10.256	12.921
Depósitos judiciais	19	201.901	192.913
Tributos a compensar	7	19.994	20.006
Derivativos	29	183.932	77.947
Ativo financeiro setorial	8	154.958	150.030
Créditos fiscais diferidos	9	106.107	128.378
Ativo financeiro da concessão	10	686.256	589.299
Outros créditos	11	5.919	3.836
Intangível	12	856.832	897.443
Total do não circulante		2.226.154	2.072.773
Total do ativo		3.556.458	3.046.725

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014**
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores	13	488.083	464.529
Encargos de dívidas	14	10.313	8.199
Encargos de debêntures	15	18.799	25.320
Empréstimos e financiamentos	14	62.306	52.642
Debêntures	15	-	259.914
Entidade de previdência privada	16	19.674	18.469
Taxas regulamentares	17	199.856	7.015
Impostos, taxas e contribuições	18	153.396	107.582
Coligadas, controladas e controladora	27	24.586	-
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	160.444	-
Obrigações estimadas com pessoal		18.147	11.186
Outras contas a pagar	20	107.754	104.238
Total do circulante		1.263.358	1.059.094
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	10.405	7.222
Empréstimos e financiamentos	14	1.241.138	867.386
Debêntures	15	344.064	343.970
Entidade de previdência privada	16	45.614	55.370
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	209.054	201.879
Derivativos	29	1.768	1.301
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	-	15.511
Outras contas a pagar	20	22.377	15.305
Total do não circulante		1.874.420	1.507.945
Patrimônio líquido	21		
Capital social		178.574	156.610
Reserva de capital		111.255	117.708
Reserva legal		6.220	6.220
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		103.911	87.207
Dividendo		-	148.518
Resultado abrangente acumulado		(36.577)	(36.577)
Lucros acumulados		55.298	-
Total do patrimônio líquido		418.680	479.686
Total do passivo e do patrimonio liquido		3.556.458	3.046.725

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2015		2014	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita operacional líquida	23	970.711	1.968.569	647.861	1.358.939
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(752.896)	(1.487.205)	(457.299)	(975.946)
Custo de operação	25	(50.650)	(98.360)	(44.848)	(90.126)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(50.514)	(96.622)	(47.924)	(91.276)
Lucro operacional bruto		116.651	286.382	97.790	201.592
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(33.741)	(58.124)	(26.451)	(50.354)
Despesas gerais e administrativas		(39.244)	(64.723)	(27.567)	(54.159)
Outras despesas operacionais		(2.178)	(4.914)	(2.794)	(9.766)
Resultado do serviço		41.489	158.620	40.979	87.314
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		51.053	91.616	29.446	60.261
Despesas financeiras		(38.922)	(118.789)	(47.620)	(92.015)
		12.131	(27.173)	(18.173)	(31.754)
Lucro antes dos tributos		53.620	131.447	22.806	55.560
Contribuição social	9	(4.283)	(12.113)	(2.705)	(6.239)
Imposto de renda	9	(11.850)	(33.302)	(7.236)	(16.836)
		(16.133)	(45.416)	(9.941)	(23.075)
Lucro líquido do período		37.487	86.031	12.865	32.486
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	0,68	1,55	0,23	0,59
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	0,74	1,71	0,26	0,65

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	2015		2014	
	2º trimestre	1º Semestre	2º trimestre	1º Semestre
Lucro líquido do período	37.487	86.031	12.865	32.486
Resultado abrangente do período	37.487	86.031	12.865	32.486

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
 Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2015
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	156.610	117.708	6.220	87.207	148.518	(36.577)	-	479.686
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	86.031	86.031
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	6.453	(6.453)	-	-	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	16.704	-	-	(16.704)	-
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	-	(14.030)	(14.030)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(148.518)	-	-	(148.518)
Capitalização AFAC - AGO/E 28/04/2015	15.511	-	-	-	-	-	-	15.511
Saldos em 30 de junho de 2015	178.574	111.255	6.220	103.911	-	(36.577)	55.298	418.680

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2014
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	99.900	124.418	6.220	2.439	75.120	90.735	(14.224)	384.609
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	32.486	32.486
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	6.710	(6.710)	-	-	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	-	8.051	-	(8.051)	-
Transações de capital com os acionistas								
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(90.735)	-	(90.735)
Capitalização AFAC - AGO/E 28/04/2014	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
Saldos em 30 de junho de 2014	156.610	117.708	6.220	2.439	83.171	-	(14.224)	24.435

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Lucro antes dos tributos	131.447	55.560
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	48.085	45.069
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17.238	11.102
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.817	15.144
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	42.277	59.828
Despesa (receita) com plano de pensão	5.344	3.990
Perda (ganho) na baixa de não circulante	4.956	7.338
PIS e COFINS diferidos	3.224	(6.588)
	<u>272.388</u>	<u>191.443</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(309.522)	(48.704)
Tributos a compensar	2.267	(971)
Depósitos judiciais	(557)	(1.929)
Ativo financeiro setorial	(175.648)	-
Contas a receber - aporte CDE/CCEE	(23.155)	(117.401)
Outros ativos operacionais	(8.446)	(11.635)
		-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	23.554	6.534
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(13.895)	(13.029)
Outros tributos e contribuições sociais	42.350	8.104
Taxas regulamentares	192.841	3.323
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(19.069)	(22.027)
Outros passivos operacionais	17.546	9.130
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	654	2.838
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.062)	(40.638)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(52.492)	(45.252)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(78.900)	(83.052)
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(3.271)	402
Venda de ativo não circulante	8.222	4.425
Adições de intangível	(82.486)	(75.878)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(77.535)	(71.051)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	466.728	391.015
Amortização de principal de empréstimos, debêntures e derivativos	(481.468)	(51.531)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(219.819)
Operações de mútuo com a controladora	24.182	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	9.442	119.665
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(146.993)	(34.438)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	312.352	351.907
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	165.359	317.469

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	1º semestre 2015	1º semestre 2014
1 - Receita	3.380.872	1.909.272
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.304.289	1.833.586
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	96.401	90.830
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.817)	(15.144)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.849.154)	(1.267.787)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.658.141)	(1.094.634)
2.2 Material	(59.452)	(64.272)
2.3 Serviços de terceiros	(83.494)	(70.667)
2.4 Outros	(48.067)	(38.214)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.531.718	641.485
4 - Retenções	(48.113)	(45.069)
4.1 Amortização	(48.113)	(45.069)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.483.605	596.416
6 - Valor adicionado recebido em transferência	91.616	60.261
6.1 Receitas financeiras	91.616	60.261
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.575.221	656.677
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	65.549	58.736
8.1.1 Remuneração direta	40.172	36.463
8.1.2 Benefícios	22.035	19.167
8.1.3 F.G.T.S	3.342	3.106
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.303.966	471.529
8.2.1 Federais	773.727	126.964
8.2.2 Estaduais	529.460	343.095
8.2.3 Municipais	779	1.470
8.3 Remuneração de capital de terceiros	119.674	93.926
8.3.1 Juros	117.722	92.438
8.3.2 Aluguéis	1.951	1.488
8.4 Remuneração de capital próprio	86.031	32.486
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	14.030	-
8.4.2 Lucros retidos	72.001	32.486
	1.575.221	656.677

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,6 milhão de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 31 de julho de 2015.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de

Notas Explicativas

políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo

Notas Explicativas

como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos foram valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F BOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldos bancários	10.126	8.327
Aplicações financeiras	<u>155.234</u>	<u>304.025</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	4.783	19.945
Certificado de depósito bancários (b)	115.356	-
Fundos de investimento (c)	<u>35.095</u>	<u>284.080</u>
Total	<u><u>165.359</u></u>	<u><u>312.352</u></u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2015	31/12/2014
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	116.303	91.521	14.684	222.508	111.328
Industrial	41.829	21.695	8.624	72.148	37.565
Comercial	47.055	16.483	2.942	66.480	32.523
Rural	1.883	763	50	2.696	1.564
Poder público	10.541	2.237	37	12.815	8.737
Iluminação pública	10.237	1.197	35	11.469	7.853
Serviço público	11.648	1.138	22	12.808	8.324
Faturado	239.496	135.034	26.394	400.924	207.893
Não faturado	190.650	-	-	190.650	159.594
Parcelamento de débito de consumidores	12.832	2.576	5.888	21.296	19.464
Operações realizadas na CCEE	85.192	-	-	85.192	13.848
Concessionárias e permissionárias	3.096	-	-	3.096	1.969
	531.264	137.610	32.282	701.156	402.768
Provisão para crédito de liquidação duvidosa				(36.297)	(29.045)
Total				664.859	373.723
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	4.785	-	-	4.785	5.590
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	12.993	-	-	12.993	13.798
Provisão para crédito de liquidação duvidosa				(2.738)	(878)
Total				10.256	12.921

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2014	(29.923)	(3.294)	(33.217)
Provisão revertida (constituída)	(26.452)	1.233	(25.219)
Recuperação de receita	5.402	-	5.402
Baixa de contas a receber provisionadas	11.939	-	11.939
Saldo em 30/06/2015	(39.035)	(2.061)	(41.095)
Circulante	(36.297)	(2.061)	(38.358)
Não circulante	(2.738)	-	(2.738)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	517
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.972	4.981
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.504	5.128
ICMS a compensar	13.071	11.906
Programa de integração social - PIS	264	325
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.122	1.392
Outros	78	15
Total	22.010	24.265
Não circulante		
ICMS a compensar	19.994	20.006
Total	19.994	20.006

Notas Explicativas

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento		Saldo em 30/06/2015
		Constituição	Realização	Atualização monetária	via bandeira tarifária (nota 23.4)	via aporte CCEE	
Parcela "A"							
CVA (*)							
CDE (**)	23.884	56.774	(10.719)	2.298	-	-	72.236
Custos energia elétrica	350.047	178.738	(120.497)	17.880	(119.382)	(18.189)	288.596
ESS e EER (***)	(120.629)	20.759	30.207	(6.196)	-	-	(75.858)
Proinfra	5.404	(3.273)	(3.428)	214	-	-	(1.083)
Rede básica	22.979	3.747	(6.640)	1.484	-	-	21.570
Repasso de Itaipu	(72.392)	116.835	30.439	(2.025)	-	-	72.857
Transporte de Itaipu	644	1.756	(114)	44	-	-	2.331
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.033)	13.717	1.719	158	-	-	12.561
Sobrecontratação	148.283	33.379	(14.497)	3.750	-	(58.376)	112.539
Outros componentes financeiros	(89.483)	345	42.348	(167)	-	-	(46.957)
Total	265.704	422.777	(51.181)	17.440	(119.382)	(76.565)	458.792
Ativo circulante	115.674						303.833
Ativo não circulante	150.030						154.958

(*) Conta de compensação de variação de valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 3.12 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Recebimento via aporte da CCEE - A ANEEL divulgou o despacho nº 773 de 27 de março de 2015 que fixou os valores dos recursos da conta ACR repassados a Companhia referente às competências de novembro e dezembro de 2014.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	30/06/2015	31/12/2014
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do ágio incorporado	13.988	14.691
Diferenças temporariamente indedutíveis	11.503	15.721
Subtotal	25.491	30.412
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do ágio incorporado	48.007	50.417
Diferenças temporariamente indedutíveis	30.646	42.363
Subtotal	78.653	92.780
<u>Crédito de PIS e COFINS</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis	1.962	5.186
Total	106.107	128.378

9.2 – Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) –

Notas Explicativas

“Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme o lucro líquido projetado da Companhia, durante o prazo remanescente da concessão. No primeiro semestre de 2015, a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,03% (4,18% no primeiro semestre de 2014).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	30/06/2015			31/12/2014		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.524	20.901	-	7.405	20.571	-
Entidade de previdência privada	1.971	5.474	-	1.900	5.277	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.699	10.274	-	2.989	8.304	-
Provisão energia livre	1.398	3.883	-	1.319	3.665	-
Programas de P&D e eficiência energética	2.498	6.938	-	1.985	5.513	-
Provisão relacionada a pessoal	360	1.001	-	595	1.652	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.462)	(4.062)	-	(1.517)	(4.214)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(14.170)	(39.360)	-	(11.892)	(33.033)	-
Revisão tarifária - rito provisório	1.732	4.812	1.962	4.579	12.720	5.186
Perdas atuariais (CPC)	8.529	23.691	-	8.529	23.691	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(1.237)	(3.436)	-	(581)	(1.614)	-
Outros	661	531	-	410	(169)	-
Total	11.503	30.646	1.962	15.721	42.363	5.186

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014:

	CSLL			
	2015		2014	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	53.620	131.447	22.806	55.560
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(105)	(191)	(391)	(514)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.808	16.167	5.754	12.034
Despesa juros sobre o capital próprio	(14.030)	(14.030)	-	-
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	294	1.198	1.888	2.236
Base de cálculo	47.588	134.591	30.056	69.317
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(4.283)	(12.113)	(2.705)	(6.239)
Corrente	(1.805)	(7.193)	(5.514)	(11.339)
Diferido	(2.478)	(4.921)	2.809	5.101

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2015		2014	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	53.620	131.447	22.806	55.560
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(105)	(191)	(391)	(514)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.808	16.167	5.754	12.034
Despesa juros sobre o capital próprio	(14.030)	(14.030)	-	-
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	108	(183)	775	263
Base de Cálculo	47.402	133.210	28.944	67.344
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(11.850)	(33.302)	(7.236)	(16.836)
Corrente	(4.427)	(19.175)	(14.801)	(30.530)
Diferido	(7.423)	(14.127)	7.565	13.694

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Notas Explicativas**(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

Saldo em 31/12/2014	589.299
Adições	70.599
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	25.866
Baixas	492
Saldo em 30/06/2015	686.256

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição - "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do período.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Adiantamentos - Fundação CESP	1.905	2.133	-	-
Adiantamento - fornecedores	213	596	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	729	541	5.782	2.487
Ordens em curso	47.633	46.023	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.204	2.950	-	-
Convênios de arrecadação	12.074	9.044	-	-
Despesas antecipadas	10.503	8.605	-	-
Contas a receber Aporte CDE	76.105	52.950	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.061)	(3.294)	-	-
Adiantamento a funcionários	4.410	1.979	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	2.619	3.600	-	-
Faturas diversas	11.810	18.102	-	-
Outros	4.880	3.048	136	1.348
Total	172.024	146.276	5.919	3.836

Contas a receber – Aporte CDE – Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.638 (R\$ 1.948 em 31 de dezembro de 2014); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 74.467 (R\$ 51.002 em 31 de dezembro de 2014) (nota 23).

Em 29 de maio de 2015, a Companhia obteve liminar que autorizou o não recolhimento dos valores devidos de quotas de CDE (nota 17), até o limite dos saldos a receber da Eletrobrás referente ao aporte de CDE.

Notas Explicativas**(12) INTANGÍVEL**

	Direito de concessão			Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2014	833.099	64.344	-	897.443
Custo histórico	1.887.840	64.344	239	1.952.422
Amortização acumulada	(1.054.741)	-	(239)	(1.054.980)
Adições	-	83.814	-	83.814
Amortização	(48.085)	-	-	(48.085)
Transferência - intangíveis	72.460	(72.460)	-	-
Transferência - ativo financeiro	45	(70.645)	-	(70.599)
Baixa e transferência - outros ativos	(5.741)	-	-	(5.741)
Saldo em 30/06/2015	851.778	5.053	-	856.832
Custo histórico	1.926.136	5.053	239	1.931.428
Amortização acumulada	(1.074.357)	-	(239)	(1.074.596)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Para mais detalhes sobre montantes capitalizados e taxa de juros adotados (nota 26).

(13) FORNECEDORES

	30/06/2015	31/12/2014
Encargos de serviço do sistema	25.260	-
Suprimento de energia elétrica	374.651	376.555
Encargos de uso da rede elétrica	23.845	22.394
Materiais e serviços	35.359	38.235
Energia livre	28.969	27.344
Total	488.083	464.529

Notas Explicativas

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/06/2015			31/12/2014		
				Encargos - circulante e não circulante	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
					Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES									
FINEM IV	TJLP + 2,12% a 3,3% (a)	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	162	18.040	28.563	183	18.040	37.584
FINEM IV	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	49	3.918	17.956	57	3.918	19.915
FINEM IV	Pré fixado 8,0% (c)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	6	561	1.449	8	561	1.730
FINEM V	TJLP + 2,06% a 3,06% (d)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	221	14.301	50.053	232	14.301	57.204
FINEM V	Pré fixado 2,5% (e)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	52	6.865	44.052	60	6.865	47.484
FINEM V	Pré fixado 2,5% (f)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	3	395	2.534	3	395	2.732
FINEM VI	TJLP + 2,12% a 2,66% (g)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	209	6.362	55.749	-	-	-
FINEM VI	Pré fixado 6,0% (h)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	70	982	28.203	-	-	-
FINEM VI	SELIC + 2,62% a 2,66% (i)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	36	2.268	29.134	-	-	-
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	33	4.000	14.000	39	4.000	16.000
Instituições financeiras									
Banco do Brasil-capital de giro	98,5% do CDI (j)	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia	2.654	4.525	-	2.259	4.525	-
Banco do Brasil-capital de giro	104,9% do CDI (k)	2 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	10.405	-	44.000	7.222	-	44.000
Outros									
ELETRORÁS	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	-	151	13	-	151	88
Outros				735	-	252	709	-	248
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				14.635	62.368	315.958	10.772	52.756	226.985
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições financeiras									
Citibank	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (1)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	151	-	21.249
Scotiabank	US\$ + 3,3125% (2)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.535	-	98.720	1.307	-	83.536
Santander	US\$ + 2,58% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.804	-	140.668	1.553	-	119.032
Citibank	US\$ + Libor 6 meses + 1,14% (4)	Parcela única em janeiro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.037	-	166.013
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (5)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	178	-	156.950	152	-	132.810
Sumitomo Mitsui	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (6) (l)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória	539	-	156.950	449	-	132.810
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (7)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.466	-	192.201	-	-	-
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (8)	02 Parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	561	-	196.188	-	-	-
Marcação a mercado				-	-	(14.573)	-	-	(13.451)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				6.083	-	927.104	4.649	-	641.999
Gastos com captação (*)				-	(62)	(1.924)	-	(114)	(1.598)
Total				20.718	62.306	1.241.138	15.421	52.642	867.386

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 103,5% do CDI a.a. (2) 104,9% do CDI a.a. (3) 105,8% do CDI a.a. (4) 102,25% do CDI a.a. (5) 109,5% do CDI a.a. (6) 105,7% e 105,9% do CDI a.a. (7) 103,6% do CDI a.a. (8) 108,6% do CDI a.a.

- (a) taxa efetiva 60,7% a 68,82% do CDI
 (b) taxa efetiva 45,68% do CDI
 (c) taxa efetiva 65,91% do CDI
 (d) taxa efetiva 88,55% a 100,53% do CDI
 (e) taxa efetiva 30,35% do CDI
 (f) taxa efetiva 30,65% do CDI
 (g) taxa efetiva 68,69% a 72,65% do CDI
 (h) taxa efetiva 48,39% do CDI
 (i) taxa efetiva 122,33% do CDI
 (j) taxa efetiva 106,75% do CDI
 (k) taxa efetiva 109,47% do CDI
 (l) taxa efetiva 107,3% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado) e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de junho de 2015, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 933.187 (R\$ 646.648 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2014).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 30 de junho de 2015, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 14.573 (R\$ 13.451 em 31 de dezembro de 2014), que acrescidos dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 749 (R\$ 5.703 em 31 de dezembro de 2014), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total de R\$ 15.322 (ganho de R\$ 7.748 em 31 de dezembro de 2014).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/07/2016	282.796
2017	96.940
2018	435.037
2019	302.744
2020	113.555
2021 a 2024	24.638
Subtotal	1.255.711
Marcação a mercado	(14.573)
Total	1.241.138

Adições no período:

Moeda nacional:

FINEM VI – A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 194.862, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No primeiro semestre de 2015 houve liberações de R\$ 121.747 (R\$ 121.177 líquidos dos gastos de captação) e o saldo remanescente de R\$ 73.115 deverá ser utilizado até março de 2016.

Moeda estrangeira:

No primeiro semestre de 2015, a Companhia através de Lei nº 4.131/1962, efetuou as seguintes captações nos montantes de: (i) Citibank - R\$ 169.837 com juros que serão pagos trimestralmente e (ii) BNP Paribas – R\$ 175.714 com juros que serão pagos semestralmente. Os recursos captados pelas dívidas acima foram destinados para alongamento do perfil da dívida e reforço de capital de giro.

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e sua controladora CPFL Energia mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Para os empréstimos contratados em 2015, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

BNDES - FINEM VI

Manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados anualmente:

- Dívida onerosa líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida onerosa líquida dividida pela soma da dívida onerosa líquida e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,90.

Notas Explicativas

Moeda estrangeira – Lei. N° 4.131 (BNP Paribas e Citibank)

Manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados semestralmente:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida pela controladora naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 30 de junho de 2015.

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/06/2015				31/12/2014			
						Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
3ª Emissão													
Série única	260	107,0% do CDI	107,0% CDI + 0,67%	Parcela única em abril 2015	Fiança da CPFL Energia	-	-	-	-	7.571	260.000	-	267.571
6ª Emissão													
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	6.848	-	110.000	116.848	6.446	-	110.000	116.446
7ª Emissão													
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	11.951	-	235.000	246.951	11.304	-	235.000	246.304
Gastos com emissão (*)						-	-	(936)	(936)	-	(86)	(1.030)	(1.116)
Total						18.799	-	344.064	362.863	25.320	259.914	343.970	629.204

(1) A Companhia possui *swap* convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 107,88% do CDI. Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2017	32.800
2018	91.294
2019	102.596
2020	58.642
2021	58.732
Total	344.064

Condições restritivas

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 30 de junho de 2015.

Notas Explicativas

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia, através da Fundação CESP, mantém um Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensões para seus empregados.

16.1 – Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - “SPC”, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um “Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS”, e um “Plano de Benefícios Misto”, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício salgado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

16.2 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo atuarial líquido conforme CPC 33 (R1) são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2014	73.383
Despesas / (receita) reconhecidas na demonstração do resultado	5.344
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(14.136)
Passivo atuarial líquido em 30/06/2015	64.591
Outras contribuições	696
Total	65.287
Circulante	19.674
Não circulante	45.614

Notas Explicativas

As despesas reconhecidas como custo da operação estabelecidas no laudo atuarial estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Semestre 2015</u>	<u>1º Semestre 2014</u>
Custo do serviço	1.940	1.969
Juros sobre obrigações atuariais	54.666	52.045
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(51.262)</u>	<u>(50.024)</u>
Total da despesa/(receita)	<u>5.344</u>	<u>3.990</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial foram aquelas consideradas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 2013, conforme segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,46% a.a.	11,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,46% a.a.	11,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	8,15% a.a.	7,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	TÁBUA MERCER
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012*	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano

* Experiência FUNCESP, com agravamento uniforme de 15% entre as idade de 30 e 40 anos, sendo nula a partir dos 45 anos.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL ("TFSEE")	363	363
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	141.923	6.652
Outros encargos do consumidor (nota 23)	<u>57.570</u>	<u>-</u>
Total	<u>199.856</u>	<u>7.015</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2015 no montante de R\$ 127.188 (R\$ 6.652 em 31 de dezembro de 2014) e (ii) quota destinada a devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 14.375.

Outros encargos do consumidor – Refere-se ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT").

Notas Explicativas**(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	112.276	86.797
Programa de integração social - PIS	4.077	2.877
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	31.422	13.250
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	3	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	303	674
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	2.105	-
Outros	3.210	3.984
Total	<u>153.396</u>	<u>107.582</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2015</u>		<u>31/12/2014</u>	
	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Trabalhistas				
Diversos	28.464	15.787	25.425	14.221
Cíveis				
Diversos	50.305	47.481	44.746	46.259
Fiscais				
Imposto de renda	125.941	132.354	120.054	126.126
Outras	1.300	6.278	1.316	6.306
	<u>127.240</u>	<u>138.632</u>	<u>121.370</u>	<u>132.433</u>
Outros	3.045	-	10.338	-
Total	<u>209.054</u>	<u>201.901</u>	<u>201.879</u>	<u>192.913</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 30/06/2015</u>
Trabalhistas	25.425	11.831	(6.362)	(3.983)	1.552	28.464
Cíveis	44.746	12.159	(4.752)	(7.412)	5.564	50.305
Fiscais	121.370	1.805	(19)	(7)	4.091	127.240
Outros	10.338	227	-	(7.667)	147	3.045
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	<u>201.879</u>	<u>26.023</u>	<u>(11.132)</u>	<u>(19.069)</u>	<u>11.354</u>	<u>209.054</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

Perdas possíveis - A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2015, estavam assim representadas: (i) trabalhistas de R\$ 68.420 (R\$ 66.075 em 31 de dezembro de 2014) representadas basicamente por acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros, (ii) cíveis de R\$ 41.274 (R\$ 37.236 em 31 de dezembro de 2014), representadas basicamente por danos pessoais e majoração tarifária, (iii) fiscais de R\$ 338.079 (R\$ 289.880 em 31 de dezembro 2014), relacionadas basicamente a INSS, ICMS, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social e (iv) questões regulatórias de R\$ 1.305.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Consumidores e concessionárias	6.494	6.366	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	56.977	51.051	51	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	11.163	16.516	7.806	785
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	526	377	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	263	189	-	-
Fundo de reversão	-	-	13.987	13.987
Adiantamentos	348	399	-	-
Descontos tarifários - CDE	2.252	1.785	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	695	729	-	-
Encargos de capacidade emergencial e aquisição de energia emergencial - ECE/EAEE	27	27	-	-
Folha de pagamento	3.259	2.511	-	-
Participação nos lucros	4.238	7.061	533	533
Convênios de arrecadação (nota 11)	19.773	14.927	-	-
Outros	1.739	2.301	-	-
Total	107.754	104.238	22.377	15.305

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está assim distribuído:

Acionistas	30/06/2015 - Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00
Total	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00

Acionistas	31/12/2014 - Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.548.491.328	23.532.767.571	53.081.258.899	100,00
Total	29.548.491.328	23.532.767.571	53.081.258.899	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

21.1 - Aumento de Capital

(i) Através da AGO/E de 28 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 6.453, referente à capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2014, sem emissão de novas ações.

(ii) Através da AGO/E de 28 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 15.511, referente à capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), com emissão de 15.511.281 (quinze milhões, quinhentos e onze mil, duzentos e oitenta e uma) novas ações ordinárias.

21.2 – Distribuição de dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP")

Na AGO/E de 28 de abril de 2015 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2014, através de (i) declaração de dividendo no montante de R\$ 160.234, sendo R\$ 26.874 de dividendo intermediário declarado em junho de 2014 e R\$ 133.360 de dividendo adicional e (ii) declaração de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 17.833 .

Adicionalmente, conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2015, a Administração da Companhia aprovou, em 25 de junho de 2015, a declaração de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 14.030 (R\$ 11.926 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,253022091 (R\$ 0,215068777 líquido de IRRF) e para cada lote de mil ações preferenciais o valor de R\$ 0,278324300 (R\$ 0,236575655 líquido de IRRF) referente ao lucro líquido do 1º semestre de 2015.

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

Numerador	2015		2014	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	37.487	86.031	12.865	32.486
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	29.559.400	29.553.976	29.533.107	29.515.895
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	23.532.768	23.532.768	23.532.768	23.532.768
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	0,68	1,55	0,23	0,59
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	0,74	1,71	0,26	0,65

Aumento de capital com adiantamento para futuro aumento de capital – A média ponderada das ações ordinárias para o trimestre e semestre findo em 30 de junho 2015 apresentados, considera a emissão de ações, com ingresso de recurso financeiro, a partir de 28 de abril de 2015 (data da capitalização e respectiva emissão de ações ordinárias).

Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

Número de consumidores (*)	30/06/2015	30/06/2014
Classe de consumidores		
Residencial	1.535.485	1.491.094
Industrial	6.639	6.700
Comercial	80.399	80.351
Rural	6.962	6.897
Poderes públicos	8.252	7.880
Iluminação pública	1.929	1.859
Serviço público	1.123	1.083
Total	1.640.789	1.595.864

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

23.2 - Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE")

A ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia é de: 40,49% no grupo A, 21,47% no grupo B, total de 29,78%. As tarifas resultantes desta RTE estão vigentes a partir de 2 de março de 2015 até a data do próximo evento ordinário da Companhia. Este evento tarifário foi aprovado sem prejuízo da realização do Reajuste Tarifário Anual – RTA em 2015, conforme previsto no contrato de concessão da Companhia.

Em 23 de outubro de 2014, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.810, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 23 de outubro de 2014, na média, em 19,73%, sendo 15,81% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,92% relativos aos componentes financeiros pertinentes. A percepção do consumidor, em média, é de 22,43% de aumento nas tarifas. Adicionalmente a ANEEL através do despacho nº 4.073 de 7 de outubro de 2014, alterou o índice de reajuste tarifário de 2013 de 7,42% para 7,58%, em atendimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia. O efeito financeiro esta contemplado no presente reajuste de 2014.

Em 22 de outubro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.638, que fixou o reajuste das tarifas da CPFL Piratininga a partir de 23 de outubro de 2013, na média, em 7,42%, sendo 9,69% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -2,27% relativos aos componentes financeiros pertinentes. A percepção do consumidor cativo, em média, é de 6,91% de aumento nas tarifas.

23.3 – Aporte CDE

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE.

No primeiro semestre de 2015, foi registrada receita de R\$ 44.211 (R\$ 37.410 no primeiro semestre de 2014), sendo: (i) R\$ 3.456 (R\$ 3.518 no primeiro semestre de 2014) referentes à subvenção baixa renda e (ii) R\$ 40.755 (R\$ 33.892 no primeiro semestre de 2014) referentes a outros descontos tarifários.

Notas Explicativas

despacho nº 3.998/2014

Conforme descrito na nota 24 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, a Lei nº 12.783/2013, o Decreto 7.945/2013 alterado pelo Decreto nº 8.203/2014 e posterior Decreto nº 8.221/2014, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a: risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o exercício de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à: exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas para o período de fevereiro a dezembro de 2014. Em complemento, o Despacho nº 3.998 de 30 de setembro de 2014, incluiu o risco hidrológico das cotas de energia renovada como exposição involuntária, a partir de julho de 2014.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre										Total	
	Custo do serviço prestado a terceiros				Vendas		Despesa operacional					
	Custo de operação						Gerais e administrativas		Outros			
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Pessoal	21.734	18.795	-	-	5.138	4.633	8.236	7.765	-	-	35.107	31.193
Entidade de previdência privada	2.672	1.995	-	-	-	-	-	-	-	-	2.672	1.995
Material	3.071	3.508	34	91	58	42	325	286	-	-	3.487	3.927
Serviços de terceiros	3.182	3.489	51	245	8.514	7.559	11.090	10.272	-	-	22.837	21.564
Amortização	19.213	17.058	-	-	1.995	2.029	3.922	3.461	-	-	25.129	22.549
Custos com construção da infraestrutura	-	-	50.430	47.589	-	-	-	-	-	-	50.430	47.589
Outros	779	3	(1)	(1)	18.036	12.187	15.672	5.783	2.178	2.794	36.665	20.766
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.251	3.082	-	-	-	-	3.251	3.082
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	14.280	8.783	-	-	-	-	14.280	8.783
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.072	846	-	-	1.072	846
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	234	621	-	-	234	621
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	14.213	3.872	-	-	14.213	3.872
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	410	264	158	89	-	-	567	353
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	814	-	814
Perda/(Ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.214	2.275	2.214	2.275
Outros	779	3	(1)	(1)	85	58	(5)	356	(37)	(296)	822	120
Total	50.650	44.848	50.514	47.924	33.741	26.451	39.244	27.567	2.178	2.794	176.327	149.584

	1º Semestre										Total	
	Custo do serviço prestado a terceiros				Vendas		Despesa operacional					
	Custo de operação						Gerais e administrativas		Outros			
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Pessoal	41.537	37.726	-	-	9.953	8.661	15.951	14.617	-	-	67.442	61.004
Entidade de previdência privada	5.344	3.990	-	-	-	-	-	-	-	-	5.344	3.990
Material	5.875	6.894	89	138	146	119	567	563	-	-	6.978	7.715
Serviços de terceiros	7.148	7.042	133	310	16.791	15.550	21.905	19.065	-	-	45.977	41.967
Amortização	36.408	34.151	-	-	3.992	4.054	7.685	6.864	-	-	48.085	45.069
Custos com construção da infraestrutura	-	-	96.401	90.830	-	-	-	-	-	-	96.401	90.830
Outros	2.048	323	(1)	(2)	27.241	21.969	18.616	13.049	4.914	9.766	52.817	45.105
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	6.441	6.169	-	-	-	-	6.441	6.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	19.817	15.144	-	-	-	-	19.817	15.144
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.951	1.481	-	-	1.951	1.481
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	1	735	922	-	-	735	922
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	16.587	9.125	-	-	16.587	9.125
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	820	515	272	199	-	-	1.092	715
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda/(Ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	1.628	-	1.628	-
Outros	2.048	323	(1)	(2)	163	140	(928)	1.322	4.956	7.338	4.956	7.338
Total	98.360	90.126	96.622	91.276	58.124	50.354	64.723	54.159	4.914	9.766	322.744	295.680

Notas Explicativas**(26) RESULTADO FINANCEIRO**

	2015		2014	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	2.410	10.157	9.621	16.933
Acréscimos e multas moratórias	11.006	19.589	7.283	14.124
Atualização de créditos fiscais	498	595	112	141
Atualização de depósitos judiciais	3.030	6.492	4.508	6.193
Atualizações monetárias e cambiais	5.966	7.496	3.726	6.009
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	15.092	25.866	2.007	12.518
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	871	1.101	220	1.400
Atualização do ativo financeiro setorial	11.408	17.440	-	-
Outros	772	2.881	1.969	2.943
Total	51.053	91.616	29.446	60.261
Despesas				
Encargos de dívidas	(24.580)	(53.127)	(25.214)	(48.805)
Atualizações monetárias e cambiais	(10.164)	(57.775)	(16.725)	(33.643)
(-) Juros Capitalizados	631	1.328	617	1.059
Outros	(4.809)	(9.215)	(6.298)	(10.626)
Total	(38.922)	(118.789)	(47.620)	(92.015)
Resultado Financeiro	12.131	(27.173)	(18.173)	(31.754)

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 7,5% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

No primeiro semestre de 2015, a rubrica de despesas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 99.602 (perda líquida de R\$ 46.533 no primeiro semestre de 2014) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações.

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme descrito na nota 5.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos, sendo um dos administradores o BB DTVM.

- b) **Empréstimos e financiamentos** - Correspondem às captações de recursos junto ao Banco do Brasil, conforme condições descritas na nota 14.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação.
- d) **Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- e) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo poder concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.
- f) **Contrato de mútuo** – Refere-se a (i) contratos realizados com a controladora CPFL Energia cujas condições contratuais são de 113,5% do CDI com vencimento em setembro de 2016.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 16).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2015 faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN, ENERCAN e Foz do Chapecó, que tinham vencimento original de junho a dezembro de 2014. Neste semestre, a Companhia renegociou faturas de compra de energia com CPFL Geração, cujos vencimentos originais eram de maio e junho de 2015, para pagamento até setembro de 2015.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2015, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.073 (R\$ 1.074 no primeiro semestre de 2014). Este valor é composto por R\$ 1.053 (R\$ 1.055 no primeiro semestre de 2014) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 20 (R\$ 19 no primeiro semestre de 2014) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	1º semestre 2015	1º semestre 2014	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	293	1.109	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos								
Banco do Brasil S.A.	-	-	61.584	58.006	-	-	3.578	3.203
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	555	598
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	-	-	-	-	-	-	38	-
Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESPREV	2	1	-	-	5	4	23	-
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirante S.A.	-	-	-	-	-	-	-	5
TOTVS S.A.	-	-	1	1	-	-	5	-
Lucro na alienação de ativos não circulante								
CCDI 29 Empreendimento Imobiliário Ltda	-	8.500	-	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	10	11	-	-	198	140
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	234	-	-	-	2.220	-
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	399	374
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	8	8
Caetité 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	365	343
Caetité 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	369	346
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	442	414
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	378	354
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	442	414
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	410	384
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	435	408
Cia. Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	446	-	-	-	1.306	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	5	5
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	288	279
Rio PCH I S.A.	-	-	43	45	-	-	811	759
SE Narandiba S.A.	-	-	-	-	-	-	22	14
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	94	85	-	-	1.841	1.733

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	1º semestre 2015	1º semestre 2014	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	85	113	50	200	-	-	(365)	(294)
Companhia Paulista de Força e Luz	751	519	985	630	-	-	498	1.005
Companhia Luz e Força Santa Cruz	75	46	37	6	-	-	(133)	(118)
Companhia Leste Paulista de Energia	8	7	3	2	-	-	(38)	(33)
Companhia Sul Paulista de Energia	20	9	11	5	-	-	(50)	(44)
Companhia Jaguarí de Energia	18	8	13	8	-	-	19	14
Companhia Luz e Força de Mococa	4	5	6	3	-	-	(26)	(23)
Rio Grande Energia S.A.	185	169	51	24	-	-	(760)	(658)
CPFL Geração de Energia S.A.	331	75	32	27	-	-	(255)	(155)
Centrais Elétricas da Paraíba	5	3	7	5	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	76	75	-	-	-	-	(379)	(279)
CPFL Renováveis S.A.	10	10	-	-	-	-	(6)	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	168	30	50	18	-	-	(145)	(107)
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	10	8	4	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda	63	12	59	1	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda	-	-	9	2	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	11	9	2	1	-	-	(17)	(23)
CPFL Eficiência Energética S.A.	2	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	346	189	-	-	429	481
CPFL Renováveis S.A.	96	44	-	-	106	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	82	87	-	-	342	189	-	-
Adiantamentos - AFAC								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	15.511	-	-	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A.	-	-	24.586	-	-	-	521	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	160.444	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	17	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	12	21	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	1	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	12	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	5	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	16.256	22.463	4.686	3.899	-	-	4.150	3.242
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	-	-	531	489	-	-	3.538	2.984
Nect Serviços Administrativos Ltda	-	-	2.622	118	-	-	4.748	3.088
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda	-	-	143	148	-	-	438	501
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	3.747	-	-	-	21.131
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1.248	1.007	-	-	6.752	5.658
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	33	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	26	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	7	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	13.988	4.765	-	-	27.822	26.870
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	2	2	-	-	15	13
Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	8.972	12.177	-	1.772	40.491	43.646
SPE Avoredo Energia S.A.	-	-	130	123	-	-	652	597
SPE Varginha Energia S.A.	-	-	74	70	-	-	373	341
SPE Salto Góes Energia S.A.	-	-	59	56	-	-	397	363
SPE Costa Branca Energia S.A.	-	-	3	51	-	-	260	96
SPE Juremas Energia S.A.	-	-	92	129	-	-	208	165
SPE Macacos Energia S.A.	-	-	124	166	-	-	276	213
SPE Pedra Preta Energia S.A.	-	-	2	53	-	-	266	99
Atlântica I Parque Eólico S.A.	-	-	81	142	-	-	368	461
Atlântica II Parque Eólico S.A.	-	-	82	140	-	-	350	466
Atlântica IV Parque Eólico S.A.	-	-	77	141	-	-	386	475
Atlântica V Parque Eólico S.A.	-	-	86	149	-	-	379	456
Santa Luzia Energética S.A.	-	-	259	245	-	-	1.305	1.193
CPFL Bio Ester Ltda	-	-	151	151	-	-	678	636
CPFL Centrais Geradoras	-	-	1	1	-	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	75	72	-	-	380	341
Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	42.859	41.467
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	14.444	28.667	-	-	22.127	21.369
Foz do Chapeco Energia S.A.	-	-	3.667	11.241	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	1	-	9.181	26.480	-	-	54.606	52.463
Outras operações financeiras								
Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	541
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	-	-	-	-	267
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	-	-	-	-	-	-	-	37
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	112
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	592
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	-	-	105
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	5
Foz do Chapeco Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	612
Nect Serviços Administrativos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	31

(28) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco:

Compete ao Conselho de Administração da controladora orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê

Notas Explicativas

Executivo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvem a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia, que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho da Administração no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processo de Gestão na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração.

Ao Conselho Fiscal da controladora compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar preventivamente e por meio de um sistema de informações adequado, (a) os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, (b) sua probabilidade de materialização e (c) as medidas e os planos adotados.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré- indexados ou atrelados à indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco quanto à escassez de energia: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Embora atualmente as condições de armazenamento no Sistema Interligado Nacional ("SIN") não estejam satisfatórias, a redução na demanda projetada, as medidas do Governo para aumento da oferta no curto prazo e a expectativa de vazões elevadas na região Sul devem garantir a segurança do suprimento de energia este ano.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos,

Notas Explicativas

financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (MAPS), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia, suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Categoria	Mensuração	Nível (*)	30/06/2015		31/12/2014		
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 1	26.249	26.249	148.926	148.926
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 2	139.110	139.110	163.427	163.427
Derivativos (nota 29)	(a)	(2)	Nível 2	183.932	183.932	77.947	77.947
Ativo financeiro da concessão (nota 10)	(b)	(2)	Nível 3	686.256	686.256	589.299	589.299
				1.035.547	1.035.547	979.599	979.599
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (nota 14)	(c)	(1)	Nível 2	391.549	342.835	289.476	254.393
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (nota 14) (**)	(a)	(2)	Nível 2	932.613	932.613	645.973	645.973
Debêntures - principal e encargos (nota 15)	(c)	(1)	Nível 2	362.863	358.345	629.205	632.206
Derivativos (nota 29)	(a)	(2)	Nível 2	1.768	1.768	1.301	1.301
				1.688.794	1.635.561	1.565.955	1.533.873

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 1.122 no 1º semestre de 2015 (perda de R\$ 11.987 no 1º semestre de 2014)

Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Disponível para Venda	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Outros passivos financeiros	

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

Notas Explicativas

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - aporte CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) convênio de arrecadação (vii) descontos tarifários – CDE, (viii) coligadas, controladas e controladora e (ix) fundo de reversão.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do primeiro semestre de 2015 é de R\$ 25.866 (ganho de R\$ 12.518 no primeiro semestre de 2014), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas (nota 14 e 15), e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, a Companhia detinha as seguintes operações de swap:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:									
Hedge variação cambial:									
Scotia Bank	33.614	-	33.614	32.495	1.119	dólar	07/2016	64.000	balcão
Santander	36.621	-	36.621	36.252	369	dólar	07/2016	100.000	balcão
Citibank	38.448	-	38.448	38.796	(348)	dólar	03/2019	117.250	balcão
HSBC	22.266	-	22.266	22.161	105	dólar	04/2018	55.138	balcão
J.P. Morgan	22.301	-	22.301	22.164	138	dólar	04/2018	55.138	balcão
Citibank	23.130	-	23.130	23.211	(81)	dólar	01/2020	169.838	balcão
BNP Paribas	7.552	-	7.552	8.104	(552)	dólar	01/2018	175.714	balcão
Subtotal	183.932	-	183.932	183.183	749				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:									
Hedge variação de taxa de juros (1)									
J.P. Morgan	-	(594)	(594)	(76)	(519)	CDI	07/2019	110.000	balcão
Votorantin	-	(682)	(682)	(67)	(615)	CDI	02/2021	135.000	balcão
Santander	-	(492)	(492)	(49)	(443)	CDI	02/2021	100.000	balcão
Subtotal	-	(1.768)	(1.768)	(192)	(1.577)				
	183.932	(1.768)	182.163	182.991	(828)				
Não circulante	183.932	(1.768)							
Total	183.932	(1.768)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14 e 15.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)			
	2015		2014	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Varição de taxas de juros	(134)	(204)	11	53
Varição cambial	(50.251)	93.637	(24.297)	(51.941)
Marcação a mercado	17.090	6.169	891	5.354
	(33.296)	99.602	(23.395)	(46.533)

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2015 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) ^(*)	Risco	Depreciação cambial (*)	Apreciação cambial de 25% (**)	Apreciação cambial de 50% (**)
Instrumentos financeiros passivos	(739.520)		(97.821)	111.514	320.849
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	768.474		101.651	(115.880)	(333.412)
	28.954	baixa dólar	3.830	(4.366)	(12.562)
Instrumentos financeiros passivos	(193.668)		(25.639)	29.188	84.014
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	195.142		25.834	(29.410)	(84.654)
	1.474	baixa euro	195	(222)	(639)
Total do (aumento) / redução	30.428		4.025	(4.588)	(13.201)

^(*) A taxa de câmbio considerada em 30.06.2015 foi de R\$ 3,10 para o dólar e R\$ 3,46 para o euro.

^(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 3,51 e R\$3,92 do dólar e do euro respectivamente, e a depreciação cambial 13,2%.

^(**) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2015 fosse mantido: e (ii) que os respectivos indexadores acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base (CDI 11,80% a.a. e TJLP 5,38% a.a.), permaneçam os mesmos que os apurados nos últimos 12 meses os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 132.664 (CDI R\$ 123.321 e TJLP R\$ 9.343). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (*)	Elevação de índice em 25% (**)	Elevação de índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	161.745		3.995	9.765	15.536
Instrumentos financeiros passivos	(425.383)		(10.507)	(25.683)	(40.858)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(781.452)		(19.302)	(47.180)	(75.058)
	(1.045.090)	alta CDI	(25.814)	(63.097)	(100.381)
Instrumentos financeiros passivos	(173.661)	alta TJLP	(1.945)	(4.767)	(7.589)
Total do (aumento) / redução	(1.218.752)		(27.759)	(67.864)	(107.970)

^(*) Os índices de CDI e TJLP considerados de 14,27% e 6,50%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

^(**) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices do cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro semestre de 2015, um valor de R\$ 1.328 (R\$ 1.059 no primeiro semestre de 2014) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 Empréstimos e Financiamentos

Em Reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2015 foi aprovada a captação de recursos em moeda estrangeira, de até R\$ 180.000, com swap para conversão do custo da variação cambial para variação da taxa de juros em reais, com prazo médio de até três anos. Estas dívidas terão a prestação de garantia pela controladora CPFL Energia, mediante fiança ou aval, e os recursos serão destinados para reforço de capital de giro.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Balanco Social 2015 / 2014 [*]



Empresa: Companhia Piratininga de Força e Luz

1 - Base de Cálculo	1º Semestre de 2015 Valor (Mil reais)			1º Semestre de 2014 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	1.968.569			1.358.939		
Resultado operacional (RO)	131.447			55.560		
Folha de pagamento bruta (FPB)	59.362			53.241		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.736	9,66%	0,29%	4.979	9,35%	0,37%
Encargos sociais compulsórios	16.046	27,03%	0,82%	14.502	27,24%	1,07%
Previdência privada	2.415	4,07%	0,12%	2.345	4,40%	0,17%
Saúde	2.544	4,29%	0,13%	2.487	4,67%	0,18%
Segurança e saúde no trabalho	183	0,31%	0,01%	144	0,27%	0,01%
Educação	266	0,45%	0,01%	291	0,55%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	605	1,02%	0,03%	437	0,82%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	118	0,20%	0,01%	87	0,16%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	3.977	6,70%	0,20%	4.048	7,60%	0,30%
Outros	175	0,29%	0,01%	142	0,27%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	32.065	54,02%	1,63%	29.462	55,34%	2,17%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	3	0,00%	0,00%	40	0,07%	0,00%
Cultura	1.205	0,92%	0,06%	570	1,03%	0,04%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	55	0,10%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.011	0,77%	0,05%	404	0,73%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	2.219	1,69%	0,11%	1.069	1,92%	0,08%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.292.286	983,12%	65,65%	460.789	829,35%	33,91%
Total - Indicadores sociais externos	1.294.505	984,81%	65,76%	461.858	831,28%	33,99%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	2.113	1,61%	0,11%	1.529	2,75%	0,11%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	6.029	4,59%	0,31%	6.379	11,48%	0,47%
Total dos investimentos em meio ambiente	8.142	6,19%	0,41%	7.908	14,23%	0,58%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	1º Semestre de 2015			1º Semestre de 2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.258			1.113		
Nº de admissões durante o período	168			94		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND		
Nº de estagiários(as)	35			30		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	349			348		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	243			225		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,50%			9,68%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	277			212		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,13%			3,23%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	62			49		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	1º Semestre de 2015			1º Semestre de 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,31			29,81		
Número total de acidentes de trabalho	0			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) +Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) +Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	157.839	182	595	193.092	169	629
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	100%	100%	20,1%	100%	100%	7,63%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	1º SEM 2015 1.575.221			1º SEM 2014 656.677		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	82,7% governo 7,6% terceiros	4,2% colaborador(es) 4,6% retido	0,9% acionistas	71,9% governo 14,3% terceiros	8,9% colaborador(es)	0,0% acionistas
7 - Outras Informações						

Responsável pelo Preenchimento: Sérgio Luis Felice, fone (19) 3756-8018, sifelice@cpfl.com.br

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Piratininga de Força e Luz

Revisão das Informações Trimestrais - ITR do Segundo Trimestre de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de

seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato

que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 31 de julho de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Marcelo Magalhães Fernandes

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 203310/O-6